

MULHERES NEGRAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A META 16 DO NOVO PNE E A POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA

Joelma Inês Evangelista | UFMS | joelma12ines@gmail.com
Carina Elisabeth Maciel | UFMS | carina22em@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O debate acerca da democratização da educação superior brasileira tem evidenciado que a ampliação do acesso às universidades e à pós-graduação não ocorre de maneira homogênea entre os diferentes grupos sociais. Embora as últimas décadas tenham sido marcadas pela expansão das instituições e programas de pós-graduação no país, persistem desigualdades históricas relacionadas às questões raciais e de gênero, especialmente no que se refere à presença de mulheres negras nos espaços de produção científica.

Nesse contexto, as políticas de ação afirmativa emergem como importantes instrumentos de enfrentamento às desigualdades estruturais que historicamente limitaram o acesso da população negra à educação superior e, particularmente, à pós-graduação *stricto sensu*.

A implementação da política de cotas por meio da Lei Nº 12.711/2012, bem como as alterações promovidas após o primeiro ciclo de dez anos, a partir da Lei Nº 14.723/2023, representaram importantes avanços na institucionalização das ações afirmativas no âmbito da educação superior, ao tornar obrigatória a implementação de cotas na pós-graduação. Antes dessa materialização legal na pós-graduação, as ações afirmativas eram induzidas principalmente pela Portaria Normativa Nº 13/2016, que orientava a implementação de políticas de inclusão nos programas de pós-graduação, contudo, essa reserva de vagas não era obrigatória.

Ao tornar obrigatória a implementação de cotas na pós-graduação, a Lei nº 14.723/2023 potencializa o enfrentamento das barreiras estruturais que historicamente limitam o acesso e a

permanência de mulheres negras em programas de mestrado e doutorado. Além disso, contribui para a transformação das dinâmicas institucionais da universidade brasileira e para a valorização de perspectivas e saberes historicamente marginalizados no campo acadêmico.

A discussão torna-se ainda mais relevante diante da formulação do novo Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado por meio da Lei Nº 15.388/2026, especialmente no que concerne à Meta 16, que aborda a formação em nível de pós-graduação e possibilita reflexões acerca da ampliação do acesso e equidade na educação superior brasileira. Assim, compreender as relações entre ações afirmativas, democratização da pós-graduação e ingresso de mulheres negras torna-se fundamental para analisar os desafios contemporâneos das políticas educacionais.

O presente trabalho parte da compreensão de que a democratização da pós-graduação brasileira não pode ser analisada apenas sob a perspectiva da expansão quantitativa de vagas e matrículas, sendo necessário considerar as desigualdades raciais e de gênero historicamente reproduzidas no acesso aos espaços sociais, bem como, no meio acadêmico.

Este estudo integra as discussões desenvolvidas no projeto "Políticas Afirmativas na Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação: acesso, permanência e titulação". Desse modo, temos como objetivo geral analisar as contribuições da Meta 16 do novo Plano Nacional de Educação (2026-2036) para a democratização do acesso de mulheres negras à pós-graduação brasileira, com ênfase nas políticas de ação afirmativa.

2. METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de caráter documental, ao se fundamentar na análise das proposições do novo Plano Nacional de Educação (PNE, 2026-2036), com ênfase na Meta 16 e em seus desdobramentos relacionados à democratização da pós-graduação brasileira.

O método de abordagem do objeto fundamenta-se nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, por compreender que a condição social da mulher deve ser analisada a partir das estruturas produzidas pelo sistema capitalista, no qual as relações entre classes dominantes e classes dominadas reproduzem desigualdades e antagonismos sociais. Nessa perspectiva, entende-se que os processos históricos, sociais, econômicos e as formas sistemáticas de opressão direcionadas às mulheres negras contribuem para sua inserção majoritária em posições socialmente subalternizadas. Desse modo, compreende-se a educação superior como um espaço atravessado por disputas sociais, raciais, políticas e epistemológicas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A condição de ser negra/o no Brasil ultrapassa os limites da política partidária, embora esta também desempenhe papel relevante nas disputas sociais. Conforme discute Valente (1996), trata-se de uma questão profundamente vinculada às relações de poder e às estruturas sociais que organizam a sociedade brasileira. Nesse sentido, compreender as experiências da população negra exige reconhecer a complexidade das relações humanas e das desigualdades historicamente construídas.

Quando tais relações são permeadas pelo preconceito e pela discriminação racial, torna-se indispensável que essas práticas sejam reconhecidas e problematizadas socialmente, de modo a possibilitar ações efetivas de enfrentamento ao racismo. Para Valente (1996), somente a partir do reconhecimento dessas desigualdades e da responsabilização daqueles que reproduzem práticas discriminatórias é possível avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Apesar das desigualdades educacionais na educação superior apresentarem nas últimas décadas uma redução, devido à implementação de ações afirmativas, dentre outras políticas de cunho social e educacional inclusivas, ainda existem barreiras que são projetadas como obstáculos no acesso das mulheres negras à educação superior, que se articulam de forma interseccional e dificultam ainda mais a superação dessas suscetibilidades e a permanência delas nos cursos de pós-graduação.

Nesse cenário, as mulheres negras permanecem sub-representadas na pós-graduação brasileira, realidade que expressa os impactos das desigualdades sociais, econômicas e raciais acumuladas historicamente. Tal contexto demonstra que a democratização da educação superior não pode restringir-se ao aumento de vagas, sendo necessário considerar as condições efetivas de ingresso, permanência e participação nos espaços acadêmicos.

A pós-graduação brasileira historicamente se constituiu como espaço marcado por desigualdades raciais, de acordo com Silva (2013) cerca de 80,7% dos estudantes de mestrado e doutorado eram brancos em 2013, enquanto apenas 17,1% eram negros. De acordo com os dados do GeoCAPES (2024) a média total de pessoas tituladas em nível de mestrado aproxima-se de 50 mil, enquanto a titulação em nível de doutorado alcança cerca de 25 mil titulados no país. Embora esses números demonstram a expansão da pós-graduação brasileira nas últimas décadas, a distribuição regional dessas titulações permanece marcada por profundas desigualdades históricas, sociais e econômicas, concentrada principalmente nas regiões concentradas nas regiões Sudeste e Sul.

Os dados do relatório “Mestres e Doutores 2024”, elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) a partir da base da CAPES, evidenciam que a pós-graduação brasileira permanece marcada por profundas desigualdades raciais, especialmente no que se refere à titulação de pessoas brancas e pretas nos cursos de mestrado e doutorado. Entre os anos de 1996 e 2021, foram titulados 391.211 doutores no Brasil, dos quais 188.331 eram pessoas brancas, enquanto apenas 10.762 correspondiam a pessoas pretas (CGEE, 2024).

A análise histórica também evidencia que a ampliação quantitativa da pós-graduação brasileira não significou, necessariamente, democratização racial dos espaços acadêmicos. Entre os anos de 1996 e 2021, as desigualdades raciais na titulação de mulheres na pós-graduação brasileira mostram-se expressivas. Enquanto mulheres brancas obtiveram 279.821 títulos de mestrado e 103.226 títulos de doutorado, mulheres pretas alcançaram 21.904 titulações em nível de mestrado e 5.150 em doutorado, e mulheres pardas 90.941 títulos de mestrado e 24.339 de doutorado(CGEE, 2024).

Embora os dados indiquem crescimento gradual da participação da população negra nos cursos de mestrado e doutorado, especialmente a partir dos anos 2000, a predominância de pessoas brancas nos níveis mais elevados da formação acadêmica evidencia a permanência de desigualdades históricas relacionadas à raça, gênero e classe social.

No âmbito do novo Plano Nacional de Educação (2026-2036), a Meta 16 possibilita importantes reflexões acerca da necessidade de fortalecimento das políticas de democratização da pós-graduação, ao destacar como objetivo:

> Ampliar a formação de mestres e doutores, de maneira equitativa e inclusiva, com melhoria contínua da qualidade dos programas de pós-graduação e foco na prospecção e na solução dos problemas da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, econômico, social e ambiental do País (Brasil, 2026).

A meta 16 do PNE (2026-2036) amplia o debate sobre a pós-graduação brasileira ao incorporar princípios relacionados à equidade, inclusão e democratização do acesso aos espaços de produção científica. Diferentemente de perspectivas centradas apenas na expansão quantitativa da formação de mestres e doutores, o novo PNE reconhece que as desigualdades regionais, raciais, socioeconômicas e de gênero constituem elementos estruturantes das trajetórias educacionais no país, a meta 16.a ainda salienta sobre:

> Ampliar o percentual de mestres e doutores na população, com o objetivo de alcançar a titulação anual de 60 (sessenta) mestres e 20 (vinte) doutores por 100.000 (cem mil) habitantes até o final da vigência deste PNE, consideradas as necessidades sociais e do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, bem como as desigualdades regionais, raciais, linguísticas, socioeconômicas, de sexo, as pessoas com deficiência e as

> interseccionalidades, entendidas como as sobreposições dessas condições (Brasil, 2026).

A análise das estratégias vinculadas à Meta 16 evidencia que a democratização da pós-graduação brasileira depende diretamente da implementação de políticas estruturantes capazes de enfrentar desigualdades historicamente produzidas no acesso à educação superior. Entre os principais desafios para a materialização da meta, destacam-se as assimetrias regionais na distribuição dos programas de pós-graduação, concentrados majoritariamente nas regiões Sudeste e Sul do país.

Outro aspecto central refere-se às condições de permanência estudantil na pós-graduação. Embora a ampliação das ações afirmativas represente importante avanço no acesso de grupos historicamente marginalizados aos cursos de mestrado e doutorado, a permanência desses sujeitos ainda permanece atravessada por desigualdades socioeconômicas significativas. A insuficiência de bolsas, a precarização das condições de vida e a ausência de políticas institucionais de apoio acadêmico impactam diretamente a trajetória de mulheres negras na pós-graduação.

Além disso, a produção e sistematização de dados sobre o perfil racial, social e de gênero dos pós-graduandos constituem elementos fundamentais para o monitoramento das desigualdades no Sistema Nacional de Pós-Graduação. A ausência histórica de dados interseccionais dificulta análises mais aprofundadas sobre as condições de acesso, permanência e titulação de mulheres negras na pós-graduação brasileira. Nesse sentido, as estratégias relacionadas à realização periódica de censos da pós-graduação e à ampliação da transparência dos dados representam importantes instrumentos para subsidiar a formulação de políticas públicas mais equitativas.

Dessa forma, a democratização da pós-graduação demanda não apenas expansão quantitativa da titulação, mas a consolidação de políticas comprometidas com justiça social, diversidade epistemológica e enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero na produção científica brasileira.

4. CONCLUSÕES

As reflexões apresentadas evidenciam que, embora a pós-graduação brasileira tenha passado por um processo de expansão nas últimas décadas, as desigualdades raciais e de gênero permanecem estruturando o ingresso, a permanência e a titulação nos cursos de mestrado e doutorado. Nesse contexto, as mulheres negras continuam sub-representadas nos espaços acadêmicos, realidade que demonstra que a democratização da pós-graduação não pode ser

compreendida apenas a partir da ampliação quantitativa de vagas e programas, mas exige o enfrentamento das desigualdades históricas presentes na sociedade brasileira e reproduzidas no interior das instituições de educação superior.

A análise da meta 16 do PNE (2026-2036) evidencia avanços importantes ao incorporar princípios relacionados à equidade, inclusão e interseccionalidade no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. Contudo, a materialização dessas proposições ainda representa importante desafio para as políticas educacionais brasileiras, especialmente diante das desigualdades regionais, da insuficiência de financiamento à pesquisa, da precarização das políticas de permanência estudantil e da ausência histórica de dados interseccionais sobre raça e gênero na pós-graduação.

Além disso, compreender a presença de mulheres negras na pós-graduação implica reconhecer que a democratização da pós-graduação demanda a construção de políticas educacionais comprometidas com justiça social, enfrentamento ao racismo estrutural e garantia de condições efetivas para que mulheres negras ingressem, permaneçam e concluam sua trajetória acadêmica nos programas de pós-graduação stricto sensu.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15388.htm. Acesso em: 08 de maio 2026.

CGEE- Centro De Gestão e Estudos Estratégicos. **Mestres e doutores 2024**: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília, DF: CGEE, 2024. Disponível em: https://mestresdoutores2024.cgee.org.br/dados/-/categories/661119?p_r_p_categoryId=661119. Acesso em: 08 de maio 2026.

SILVA, T. D. **Panorama social da população negra**. In: Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. SILVA, T. D.; GOES, F. L. (Orgs.). Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_igualdade_racialbrasil01.pdf. Acesso em: 08 de maio 2026.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. 15. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1996, 88p. (Coleção Polêmica).